

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**

PORTARIA Nº 008 /98, DE 02 DE FEVEREIRO DE 1998.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 05 de abril de 1991, e no art. 83, Inciso XIV do Regulamento Interno, aprovado pela Portaria GMMINTER nº 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista as disposições do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e

Considerando o que consta do Processo IBAMA nº 02001.001974/93-82, RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer normas gerais para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do Rio Amazonas.

Parágrafo único - Para efeito desta Portaria, entende-se por Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, o Rio Amazonas, seus formadores, afluentes, lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais coleções d'água sob domínio da União, exetnuando-se a Sub-Bacia do Rio Araguaia/Tocantins.

Art. 2º - Proibir, na pesca profissional o emprego dos seguintes aparelhos/métodos de pesca:

- I. rede de arrastre de qualquer dimension;
- II. armadilha do tipo tapagem com função de bloqueio: curral, pari, cacuri, cercada ou quaisquer aparelhos fixos com esta função;
- III. métodos de pesca que utilizem: batção, tóxicos e explosivos;
- IV. rede de emalhar cujo comprimento seja superior a 150m (cento e cinquenta metros), colocadas a menos de 200m (duzentos metros) das zonas de confluência de rios, lagos, igarapés e corredeiras e, a uma distância inferior a 100m (cem metros) uma da outra;
- V. rede elétrica ou quaisquer aparelhos que, através de impulsos elétricos, possam impedir a livre movimentação dos peixes, possibilitando sua captura.

Art. 3º - Proibir a utilização de qualquer aparelho de pesca cujo comprimento seja superior a 1/3 (um terço) da largura do ambiente aquático.

Art. 4º - Proibir a pesca profissional e amadora nos seguintes locais:

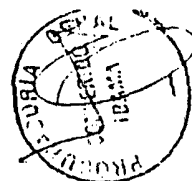
- I. a menos de 200m (duzentos metros) a montante e a jusante de cachoeiras e corredeiras;
- II. a menos de 200m (duzentos metros) da confluência de rios;
- III. a montante e a jusante de barragens, a critério das Superintendências Estaduais do IBAMA.

Art. 5º - Proibir a captura, o transporte e a comercialização das espécies abaixo relacionadas, cujos comprimentos totais sejam inferiores a:

1. Pirarucu
2. Surubim
3. Caparari
4. Tambaqui

Arapaima gigas
Pseudoplatystoma fasciatum
Pseudoplatystoma tigrinum
Colossoma macropomum

150cm
80cm
80cm
55cm



§ 1º - Para efeito de mensuração, define-se o comprimento total como sendo a distância tomada entre a ponta do focinho e a extremidade da nadadeira caudal.

§ 2º - Permitir a captura de, no máximo, 10% (dez por cento) de indivíduos com tamanhos inferiores ao estabelecido no artigo anterior, sobre o total capturado por espécie.

Art. 6º - Durante o transporte, terrestre ou aéreo, somente será fiscalizado o tamanho mínimo das espécies.

Art. 7º - Aos infratores da presente Portaria serão aplicadas as penalidades previstas no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e demais legislação complementar, especialmente a lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Portarias nºs 332, de 31 de julho de 1973, 014, de 31 de agosto de 1976, N-37, de 02 de dezembro de 1982, N-08, de 01 de março de 1984, N-052, de 20 de dezembro de 1984, N-067, de 17 de janeiro de 1985, N-003, de 10 de janeiro de 1986, N-021, de 16 de agosto de 1986, N-039, de 02 de dezembro de 1987, N-041, de 04 de dezembro de 1987, N-042, de 04 de dezembro de 1987, N-043, de 04 de dezembro de 1987 e N-002, de 23 de fevereiro de 1989, todas da extinta SUDEPE, e as Portarias IBAMA nºs 394, de 11 de julho de 1989, 1.412, de 11 de dezembro de 1989, 1.534, de 20 de dezembro de 1989 e 200, de 03 de março de 1990.



RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO